



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTO BANDEIRA

LEI MUNICIPAL Nº. 28 /2013

Estende aos servidores públicos municipais o benefício do vale-transporte e dá outras providências.

João Feliciano Menezes Pizzio, Prefeito Municipal de Pinto Bandeira, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O Município concederá aos seus servidores, nos termos da legislação federal pertinente, o benefício do vale-transporte.

Art. 2º O vale-transporte será custeado:

I – pelo servidor, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu vencimento básico, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens;

II – pela Administração, no que exceder à parcela referida no item anterior.

Parágrafo único. A concessão do vale-transporte autorizará a Administração a descontar, mensalmente, do servidor beneficiado com o respectivo direito, o valor da parcela de que trata o inciso I deste artigo.

Art. 3º No caso em que a despesa com o deslocamento do servidor for inferior a 6% (seis por cento) do vencimento básico, o beneficiário

Rua Sete de Setembro 689
Pinto Bandeira, RS – CEP 95717-000
(54) 3468.0210



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTO BANDEIRA

poderá optar pelo recebimento antecipado do vale-transporte, cujo valor será integralmente descontado por ocasião do pagamento da respectiva remuneração.

Art. 4º O benefício de que trata esta Lei não integrará a remuneração dos servidores, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, não configurando rendimento tributável, nem integrando o salário de contribuição previdenciário e nem constituindo base de incidência do FGTS.

Art. 5º No exercício financeiro de 2013 as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do(s) seguinte(s) recurso(s) consignado(s) em dotação orçamentária própria.

Parágrafo único. Para os exercícios financeiros subseqüentes, o Poder Executivo consignará, nas respectivas Leis Orçamentárias, dotação orçamentária suficiente para o atendimento das despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará, no que couber, esta Lei.

Art. 7º. Não fará jus ao benefício o servidor que:

- I - estiver em gozo de férias ou licença;
- II - não tiver atestada a sua efetividade;
- III - afastado para tratamento de saúde;
- IV - realizando curso de interesse da Administração Pública;

V - em período que tenha recebido, ou estiver recebendo outra forma de auxílio de transporte como diárias; reembolso de despesas; ou deslocamento com veículo da Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTO BANDEIRA

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pinto Bandeira 01 de fevereiro de 2013.

João Feliciano Menezes Pizzio
João Feliciano Menezes Pizzio
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se

Roberta Adami
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças
Prefeitura Municipal de Pinto Bandeira

Em 13/02/13